

## **Empresas de Serviços Energéticos (ESE) - Decreto-Lei n.º 29/2011**

### **Perguntas Frequentes**

**1. Os técnicos inscritos como colaboradores de uma empresa de serviços energéticos poderão colocar colaborar com outras empresas do mesmo tipo em simultâneo?**

**R:** Os técnicos, como podem ser trabalhadores independentes poderão colaborar noutras empresas. No entanto, no momento da qualificação, a ESE tem de assegurar que enquanto durar o período de qualificação os técnicos que indicou se encontram ao seu serviço, independentemente do tipo de vínculo e que asseguram os serviços que lhe vierem a ser adjudicados. Estar em simultâneo em várias ESE, pode inviabilizar esta disponibilidade.

**2. No caso de erro ou lapso, deverá realizar-se nova inscrição?**

**R:** O erro ou lapso deverá ser comunicado a [ese@dgeg.gov.pt](mailto:ese@dgeg.gov.pt), assim como quaisquer dúvidas ou questões.

**3. Empresas em nome individual, podem inscrever-se?**

**R:** Qualquer empresa que tenha como CAE/objeto social alguma indicação de prestação de serviços na área de energia pode registar-se como ESE. Também pode ser efetuado o registo em nome individual devendo nesse caso selecionar no campo "Tipo", a opção "Pessoa singular".

**4. Onde se encontra o formulário para efetuar o registo como Empresa de Serviços Energéticos?**

**R:** A informação sobre o Decreto-Lei n.º 29/2011, 28 de Fevereiro, bem como o formulário para efetuar o registo como Empresa de Serviços Energéticos, está disponível no nosso site, em [www.dgeg.gov.pt](http://www.dgeg.gov.pt)

**5. A que se refere a Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil exigida?**

**R:** Tratando-se do registo de uma empresa, o seguro de responsabilidade civil destina-se a cobrir os riscos decorrentes do exercício da respetiva atividade, pelo que afigura-se que deverá ser o Seguro de Responsabilidade Civil de Exploração.

**6. Quantos técnicos SGCIE ou peritos qualificados deve ter a ESE?**

**R:** Nesta fase, a indicação do número de técnicos não é ainda relevante, sendo, porém, indispensável na fase de qualificação.

**7. É obrigatória a cópia do Seguro de responsabilidade Civil, ou pode ser uma declaração?**

**R:** Relativamente à questão dos comprovativos em matéria de Seguro de Responsabilidade Civil, o que é solicitado é a cópia da Apólice. Porém se for emitida uma Declaração da Seguradora com todas as indicações constantes da Apólice não há motivo para não aceitar. Neste caso a Declaração deverá conter o n.º de Apólice, o valor da mesma e sobretudo a data de validade, riscos cobertos e as condições gerais e especiais em vigor.

**8. É necessário registar todo o pessoal aquando do preenchimento do formulário ou pode ser feito posteriormente sem prejuízo para a qualificação enquanto ESE?**

**R:** Sobre o pessoal habilitado, nesta fase de registo das ESE não é necessário elencar todos os técnicos e peritos da empresa. Basta indicar um técnico para cada área referenciada, podendo ainda os mesmos, serem, em alternativa, subcontratados a outras entidades externas caso necessário.

**9. O que se deve entender por equipamentos afetos à prestação de serviços públicos?**

**R:** São equipamentos afetos à prestação de serviços públicos, como por exemplo equipamentos afetos à iluminação pública.

**10. Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de Fevereiro, qual a abrangência da iluminação pública como uma das medidas de melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos e equipamentos afetos à prestação de serviços públicos incluídas no referido Diploma já que, tendo em conta o disposto no Artigo 4.º (“Requisitos do pessoal técnico”), bem como a informação requerida no formulário de registo das ESE, parece poder não existir um enquadramento que permita desenvolver contratos de desempenho energético apenas para esta área de intervenção.**

**R:** No âmbito do PNAEE encontra-se prevista a criação de um Regulamento para a Iluminação Pública, o qual poderá vir a fixar requisitos específicos para o pessoal técnico das ESE que atuem exclusivamente neste sector, o que a acontecer se enquadrará na alínea c) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro.

As ESE tal como se encontram definidas do Decreto-Lei n.º 319/2009 de 3 de novembro (que transpôs para a ordem Jurídica interna a Diretiva 2006/32/CE), são pessoas singulares ou coletivas que fornecem serviços energéticos e ou outras medidas de melhoria de eficiência energética nas instalações de um utilizador e que, ao fazê-lo, aceitam um certo grau de risco financeiro, devendo o pagamento dos serviços prestados basear-se, quer total quer parcialmente, no grau de concretização da melhoria da eficiência energética e na satisfação dos outros critérios de desempenho acordados. Assim, qualquer empresa ou pessoa singular que prossiga a atividade supra enunciada classifica-se como ESE estando, por isso sujeita a registo na Direção Geral de Energia e Geologia. Tal registo é, portanto, obrigatório para todas as ESE nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro, estando todas as empresas de serviços energéticos obrigadas a cumprir, nomeadamente os requisitos do art.º. 3.º do citado diploma. Quanto aos requisitos de pessoal técnico, nos termos do artigo 4.º, qualquer ESE deve poder evidenciar que dispõe do mesmo, porém tal requisito afigura-se mais importante no momento em que se realizar o sistema de qualificação das ESE por sector ou tipo de atividade desenvolvida. O registo na DGEG não habilita *ipso facto* a ESE a celebrar contratos com os organismos ou serviços públicos, nem constitui obrigação de os prestar para o sector público. Apenas as ESE que venham, posteriormente, a solicitar a sua qualificação e que obtenham tal qualificação para a área específica em que laboram, poderão vir a contratar com o sector público. Nesta conformidade, o registo da ESE que se dedica exclusivamente a promover a eficiência energética na Iluminação Pública deverá processar-se sem o preenchimento do requisito pessoal técnico.

**11. Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro, existem alguns prazos para conclusão deste procedimento? Serão desenvolvidos pela DGEG mais alguns procedimentos tendo em vista a simplificação do processo de contratação de ESE?**

**R:** Neste momento encontra-se em curso o processo de registo das ESE já constituídas (prazo de 90 dias a contar da data de publicação do Decreto-Lei n.º 29/2011, de 28 de fevereiro). Novas empresas que venham a ser constituídas após o termo daquele prazo devem requerer o respetivo registo no momento da constituição.

**12. Que objeto social ou CAE deverá possuir a empresa para que se possa registar como ESE?**

**R:** Não foi especificado na legislação qualquer tipo de CAE. Para efeito de registo qualquer pessoa singular ou coletiva cuja atividade seja fornecer serviços energéticos e/ou outras medidas de melhoria de eficiência energética nas instalações de um utilizador pode requerer o respetivo registo. Nesta conformidade, o objeto social ou CAE das ESE deve refletir o exercício de atividades (anexas, auxiliares e complementares) associadas à prestação de serviços energéticos.

**13. Existe a possibilidade de alteração da informação de registo sem que isso prejudique a empresa nas fases de qualificação?**

**R:** Nesta fase, há possibilidade de se efetuar internamente a alteração do registo, desde que seja devidamente justificada e fundamentado o pedido dessa alteração. O sistema de qualificação fixará os requisitos que habilitam a ESE a concorrer, através de concurso público, à prestação de serviços energéticos para entidades públicas devendo nesta altura a ESE comprovar os requisitos técnicos e financeiros que vierem a ser estipulados. Uma vez qualificada, a ESE fica obrigada a manter as condições técnicas e financeiras durante todo o período de qualificação, não podendo apresentar-se a concurso se tais critérios deixarem de se verifica.